

CÂNONE E VALOR ESTÉTICO EM UMA TEORIA AUTORITÁRIA DA LITERATURA

Jaime GINZBURG¹

- **RESUMO:** Este artigo procura examinar idéias de Harold Bloom, em especial, dentro de sua teoria do cânone, a abordagem da autonomia estética. Além disso, procura elaborar implicações da difusão de suas idéias em cursos de letras no Brasil. O foco da abordagem consiste em identificar no pensamento de Bloom elementos de autoritarismo, que se associam a uma concepção elitista de formação do leitor.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Cânone; valor; Harold Bloom; teoria da literatura.

É muito importante o debate sobre a função da Teoria da Literatura nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras. Embora seja comum encontrar disciplinas da área nos currículos, estamos longe do consenso quanto ao papel atribuído a elas. De modo geral, admite-se que o ensino de Teoria da Literatura seja voltado para a formação em capacidades de análise e interpretação de textos.

O percurso destinado à formação pode variar muito. Uma ênfase bastante conhecida é o ensino de categorias de análise estrutural. Entram em pauta também figuras de linguagem e elementos de retórica. Outra ênfase comum está na tipologia textual e na teoria dos gêneros, com heranças hegelianas.

A leitura de programas universitários de graduação em Letras permite observar ainda, no campo denominado de Teoria da Literatura, a inclusão de elementos básicos de periodização literária. Além disso, em alguns casos, existe um interesse por ensinar autores consagrados da área, dentro de uma sistematização que, em geral, se define como estudo de correntes teóricas.

A área, portanto, abarca desde um papel propriamente instrumental e metodológico, como se cumprisse a função de, através de procedimentos convencionais, ensinar a ler com rigor, até

¹ Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade de São Paulo – 05508-900 – São Paulo – SP. E-mail: ginzburg@usp.br

um papel de apresentação e estudo de conceitos, voltados para investigação de diversos elementos, como a literariedade, o processo criativo, o estilo e a recepção.

Entre os elementos que podem ser examinados em cursos universitários de Teoria da Literatura, está o *valor*. Os estudantes devem saber distinguir uma boa obra literária de uma obra sem interesse, um autor relevante de um nome sem importância. Devem fazê-lo não aleatoriamente ou por impulso emocional, mas com base em argumentos fundamentados em um conhecimento seguro.

Nos últimos dez anos, tem ocorrido, em eventos e publicações da área, um debate intenso a respeito da noção de valor. Esse debate indica que o estabelecimento de valor exige determinação de critérios, e não apenas o valor em si, mas também os critérios são passíveis de discussão.

Numa observação fundamental, José Luís Jobim (2002, p. 118) explica que freqüentemente nossas opiniões sobre obras são formuladas com base em experiências anteriores de julgamento. A reflexão sobre história da literatura pode levar, de acordo com o autor, a examinar como públicos leitores aprovam ou reprovam autores e obras, com que fundamentos e critérios o fazem (p. 129).

O conceito de *valor* pode ser examinado em articulação com a noção de *cânone*. O ensino universitário de atribuição de valor não se faz no vazio, mas em meio a um campo de referências historicamente firmadas. Encontramos obras e autores consagrados, enumerados em manuais de história literária. O ensino de literatura do ensino médio, especificamente, com sua articulação com os exames vestibulares, de modo geral reforça uma reverência a valores canônicos assumidos institucionalmente pelos programas dos exames.

A discussão sistemática sobre cânone no Brasil, desde a década de 80, incide sobre o problema dos critérios de valor estético. Roberto Reis, Bobby Chamberlain e Eduardo Coutinho estão entre os autores responsáveis pela problematização dos modelos estáveis, em defesa de uma reflexão coletiva constante sobre os critérios. Coutinho (1996, p. 72) discutiu o caráter excludente da tradição canônica no Brasil, deixando segmentos culturais em segundo plano. É fácil de observar, nesse sentido, a situação do cordel, da tradição oral, dos registros indígenas.

Na perspectiva de Roberto Reis, é necessário discutir por que em nosso cânone “há poucas mulheres, quase nenhum não-branco e

muito provavelmente escassos membros dos segmentos menos favorecidos da pirâmide social” (REIS, 1992, p. 73). Ele observa um vínculo direto entre os sistemas canônicos e a desigualdade social do país e, seguindo Chamberlain (1993, p. 17), haveria uma conexão entre os critérios de exclusão estética e as experiências de exclusão social.

A configuração do ensino de literatura como reprodução do cânone configura um trabalho que nada tem a ver com o ensino da reflexão sobre o valor; pelo contrário, o componente reflexivo é abandonado, em favor de uma pura confirmação esquemática de sistemas de valor que, em muitos casos, não são conceitualmente discutidos com os estudantes. Estes, desse modo, passam a defender que um autor é bom sem saber por quê, ou sem formular opinião própria a respeito dos critérios de valor.

A reprodução passiva do cânone na formação de estudantes constitui uma limitação na expectativa de desenvolvimento de pensamento crítico. Para evitar isso, é preciso levar aos estudantes textos de variados níveis de qualidade (CANDIDO, 1995), diversas formas e diferentes temas, para que a maturidade de leitura seja processada com a realização de comparações, cada vez mais criteriosos e exigentes.

Na discussão sobre o cânone nos Estados Unidos, um pesquisador de referência é Harold Bloom. Várias de suas obras foram traduzidas para o português, e incorporadas ao debate em congressos e publicações acadêmicas no Brasil. Entre os principais tópicos de sua abordagem, estão a defesa de um papel para a crítica que esteja desvinculado de projetos de mudança social, e uma contrariedade aos movimentos teórico-críticos associados a raças, etnias e gênero.

O cânone ocidental pode ser lido como um livro sobre o lugar institucional da Teoria da Literatura, pois realiza um triplo movimento: caracteriza o fenômeno literário, descrevendo como entende o objeto de sua investigação; caracteriza o perfil do leitor, descrevendo como entende o sujeito do processo analítico-interpretativo; e caracteriza a experiência universitária norte-americana, descrevendo o papel institucional da reflexão sobre literatura. Os três aspectos se integram sistematicamente, e freqüentemente se reforçam.

Crítico reconhecido por trabalhos conceituais dedicados à interpretação, como *Angústia da influência* e *Cabala e crítica*, Harold

Bloom se tornou uma figura polêmica da área de estudos literários, em razão dos juízos referentes a obras e autores. A controvérsia se ocupa principalmente dos livros *O cânone ocidental* e *Gênio*, ambos dedicados ao objetivo de relacionar nomes que, segundo seu autor, configurariam os pontos mais altos da produção literária conhecida.

O público brasileiro foi familiarizado com as idéias do pesquisador, através de entrevistas concedidas a revistas de grande circulação, como *Veja* (em 31.01.2001) e *Época* (em 03.02.2003). No caso da segunda, realizada por Luis Antonio Giron, Bloom observou que sua percepção dos pontos altos, com o tempo, foi modificada. Em *O cânone ocidental*, havia 26 autores considerados geniais, e no livro *Gênio*, foram cem, incluindo literatura oriental, e um brasileiro, Machado de Assis. Não obstante, declarou para *Veja* considerar perniciosas todas as listas de melhores livros, sugerindo, não sem ironia, recusar inclusive as suas próprias listas.

Dotado de contradições internas, o pensamento de Bloom foi muito divulgado nos meios acadêmicos nos últimos dez anos, sendo incorporado a teses acadêmicas. Raras vezes uma linha de trabalho em teoria literária despertou tanta inquietação. Sua imagem acadêmica inclui, entre outros aspectos, a postura incisiva. Bloom é considerado contrário a movimentos recentes de renovação da crítica literária, contra os quais sua posição, segundo Else R. P. Vieira (2000, p. 13), é de “animosidade”. Sua defesa dos escritores canônicos se tornou um alvo de críticas por parte de feministas e multiculturalistas.

Em *O cânone ocidental*, os ataques de Bloom (1995, p. 25) a essas linhas ocorre sobretudo no primeiro e no último capítulos. Seu desagrado está diretamente associado à situação do ensino dos Estados Unidos, em perspectiva institucional. O autor propõe que os departamentos de estudos literários, na tendência contemporânea, reduzirão seu espaço drasticamente. Assumirão um lugar, compara, similar ao que têm hoje os departamentos de estudos clássicos. Indignado com a indústria cultural, Bloom descreve os departamentos de estudos culturais como lugares em que “histórias de quadrinhos de Batman, parques temáticos mórmons, televisão, cinema e rock substituirão Chaucer, Shakespeare, Milton, Wordsworth e Wallace Stevens” (p. 493).

Para Leyla Perrone-Moisés (1998, p. 199), as posições de Bloom combinam idéias resistentes com “atitudes conservadoras-reacionárias”. Para a autora, Bloom incorre na defesa de valores

anglófilos e na conversão do cânone em um manifesto de ordem pessoal. No entanto, ela concorda com o autor americano, no que se refere ao modo de encarar os escritores canônicos, cujos projetos literários visam a “algo maior e de maior duração do que o engajamento social imediato” (p. 201).

Em 06.08.1995, Bloom concedeu a Arthur Nestrovski uma entrevista, em Nova York, publicada na Folha de São Paulo, e incluída na antologia de Adriano Schwartz *Memórias do presente* (2003).

Bloom descreve a situação da crítica literária acadêmica, em especial nos Estados Unidos, fazendo uma avaliação do quadro geral das pesquisas e debates na área. Considera que a crítica literária está sendo atingida, pois a academia tem destruído “os padrões intelectuais e estéticos nas ciências humanas e sociais, em nome da justiça social” (apud SCHWARTZ, 2003, p. 310).

Em suas afirmações a Nestrovski, lamenta essa destruição, e afirma que age em seu país uma *Escola do Ressentimento*, voltada contra valores artísticos tradicionais. Localiza alunos seus entre os responsáveis pelo problema. Essa *Escola* estaria trabalhando contra a configuração do cânone, como conjunto de “escritores ‘homens, brancos e mortos’”, associada à preservação do “sistema econômico, político e social” (p. 311).

Harold Bloom aponta dois percursos que se associam. O primeiro é o movimento de ação afirmativa, recuperando valores referentes às chamadas minorias sociais. Esse percurso toma grupos historicamente excluídos das decisões sociais e procura defender seus interesses dentro do campo intelectual. O segundo é a redução da crítica literária a um estado quase morto, de acordo com Bloom, em que os departamentos de estudos literários teriam-se convertido em espaços dedicados a estudos de etnia, raça e gênero (p. 312-313). O entrevistado reclama do abandono de critérios estéticos (p. 312) e da falta de conhecimento de literatura por parte de estudiosos de teoria (p. 313).

Mais adiante, ao comentar sua própria posição enquanto crítico, define a si mesmo como humorista e ironista. Propõe que *O cânone ocidental* é um livro engraçado, e que os resenhistas não perceberam isso. Apresenta como lema pessoal uma frase atribuída a Groucho Marx, “Eu jamais seria membro de um clube que me aceitasse como membro” (p. 318).

Três autores consagrados são examinados criticamente. Bloom aponta T. S. Eliot como um “grande poeta, mas um lamentável crítico literário”. Caracteriza Eliot como “protofascista” e “fascista do começo ao fim” (p. 319). Contesta também Erich Auerbach, definindo *Mimesis* como um livro “superestimado” (p. 320). E registra que Paul de Man “escondera suas simpatias fascistas de juventude e elas, agora, vieram à luz” (p. 323).

Em todos esses pontos, a entrevista reforça as idéias encontradas ao longo de *O cânone ocidental*. No entanto, tendo sido realizada no ano de lançamento da edição brasileira, a entrevista traz um dado importante: um recado aos leitores brasileiros. Bloom justifica a limitação de suas escolhas pelo despreparo para lidar com literatura brasileira. Os autores brasileiros não entraram na lista por estarem “mal representados em tradução para o inglês” (p. 314). Embora seja uma passagem rápida, de poucas linhas, essa manifestação relativiza a percepção do trabalho de Bloom, que estabelece então seu campo de interlocução, priorizando leitores norte-americanos.

Se Bloom tinha essa percepção clara, essa consciência de limites de seu trabalho, cabe discutir por que manteve no título o adjetivo *Western*, sugerindo uma abrangência que o livro na verdade não pretende ter. Na perspectiva adotada, a literatura brasileira integra a percepção sugerida para a literatura ocidental, apenas na medida em que for bem disponibilizada em traduções para o inglês.

É evidente que essa perspectiva de valoração não serve para os estudos brasileiros, nem para os latino-americanos. O fato de que Machado de Assis acabou incluído em *Gênio* anos depois, sendo autor disponibilizado em tradução, não altera a prerrogativa equivocada. No entanto, para o estudante de Teoria da Literatura que leia a edição brasileira de *O cânone ocidental*, sem conhecer a entrevista de Nestrovski, é fácil ter a opinião de que a literatura brasileira não está no patamar de valor dos autores europeus e norte-americanos citados, por não constar no âmbito de um cânone ocidental montado por Harold Bloom. Conhecendo a entrevista, ficamos com a percepção de que ela não está ali porque não entrou no páreo para competir.

A questão que se coloca então é saber se a literatura brasileira deve entrar nessa competição, e mais do que isso, que competição é essa, e para que serve. As categorias de Bloom (1995, p. 19) ajudam a situar esses aspectos. A perspectiva adotada pelo autor é de defesa

da autonomia estética. Ele reconhece que a leitura envolve práticas sociais, mas a relevância dos textos se estabelece no campo solitário da individuação (p. 43). Considere-se as seguintes afirmações:

(...) o estético, em minha opinião, é uma preocupação mais individual que de sociedade. (...) a crítica literária, como uma arte, sempre foi e sempre será um fenômeno elitista. Foi um erro acreditar que a crítica literária podia tornar-se base para a educação democrática ou para melhorias da sociedade. (...) O que mais me interessa é a fuga ao estético entre tantos de minha profissão (...)

Eu próprio insisto em que o eu individual é o único método e todo o padrão para a apreensão do valor estético. (BLOOM, 1995, p. 24-31)

Existem dois problemas articulados. Um é o problema institucional – o futuro dos estudos literários nos departamentos universitários. Outro é o problema da função da leitura e da crítica, que deveriam estar voltadas para autonomia estética, e não para interesses sociais. O valor estético não é estabelecido, para Bloom, no campo dos conflitos sociais, mas na experiência individual. A articulação indica que as mudanças que desagradam Bloom estão ligadas à difusão do que ele considera um equívoco epistemológico, a alegação de que o conhecimento de literatura tenha função social.

Os estudos de etnia, raça e gênero, ao defenderem segmentos sociais com histórico de opressão nos Estados Unidos, estariam interessados especificamente nessa função, abandonando aquilo que Bloom valoriza, o princípio da autonomia estética. Esses estudos derrubam o princípio de sustentação dos argumentos de Bloom (p. 43) referentes aos juízos de valor, a “autoridade estética” das obras geniais, “poder” revelado pela sua capacidade de interiorizar elementos da tradição e recriá-los com originalidade, conforme a noção de “ansiedade da influência” (p. 16).

Esses estudos, ao romperem com o princípio de autoridade estética, rompem também com a autoridade crítica do próprio Bloom, que se sustenta na defendida auto-imagem de leitor privilegiado, capaz, diferentemente de muitos de seus alunos, de distinguir as grandes obras, consagradas com “imortalidade” justa, da mediocridade.

A entrevista de Nestrovski, ao apresentar a observação dirigida aos leitores brasileiros, é mais do que uma indicação de senso de limitação. Não é de modo algum um lapso, ou uma falha no projeto

de Bloom. Na verdade essa observação expressa bem seu fundamento constitutivo mais profundo, o pensamento autoritário. Seria esperado de um livro com o título *O cânone ocidental*, pelo menos, apesar de suas expostas pretensões enciclopédicas, levadas à hipérbole e ao paroxismo em *Gênio*, uma capacidade de delimitação que mapeasse os critérios de inclusão e exclusão. Porém, o livro não faz esse mapeamento; é publicada uma tradução no Brasil, destinada a interessados em literatura, e na entrevista Bloom registra que não considerou os autores brasileiros.

O pensamento autoritário constantemente opera com esse procedimento: elabora concepções de conhecimento baseadas na generalização; estabelece essas concepções como parâmetro de valorização para a totalidade da experiência; justifica a desvalorização e a exclusão de certos elementos com base na irrelevância do que foge ao padrão, instituindo um círculo vicioso que reforça seus próprios valores sistematicamente (ADORNO, 1950, 1984). O conjunto de obras que se apresenta como cânone ocidental não é ocidental; exclui a literatura brasileira e as literaturas cujos idiomas e sistemas são desconhecidos de Bloom. Isso não o impede de estabelecer, pela semântica de *Western*, uma vocação generalizante para o seu painel. Mais do que isso, não o impede de invalidar e desautorizar os juízos de colegas que trazem para os departamentos acadêmicos autores representantes de segmentos sociais oprimidos, que não estão contemplados por sua relação.

Para utilizar uma linguagem adotada por Bloom no seu capítulo 16, voltado a Freud, podemos tentar entender a lógica interna do livro com base em um paralelo central. Há um movimento de afirmação do ego, uma elaboração narcísica, que produz a impressão, descrita por Perrone-Moisés (1998, p. 199), de que o cânone é uma manifestação pessoal, com “opiniões arrogantemente individuais”. A relação de obras e autores é constituída como espaço de manifestação egóica, campo da excelência, enquanto fora desse espaço, na alteridade difusa e perturbadora, move-se a mediocridade. O trabalho egóico de delimitação, procurando impedir a mistura entre a manifestação egóica, associada a um gosto genial, e a alteridade, espaço dos gostos medíocres, é um empreendimento convicto e, pela extensão e persistência, monumental.

Junto a este, há outro movimento, este institucional, em que a afirmação do ego em Bloom corresponde a um elogio de um perfil

dos departamentos acadêmicos. As transformações nas correntes de pesquisa nos Estados Unidos levaram, diante de Bloom, a incorporar ao discurso corrente o interesse por valores, obras e autores incompatíveis com seu campo de excelência. Assim, no campo institucional é travada uma batalha, que inclui a ofensa e a invalidação de trabalhos de colegas, “ralé acadêmica”. O espaço egóico aqui é projetado sobre o perfil dos departamentos, no ensino de literatura. Feministas, marxistas, pesquisador de etnia e raça, entre outros, constituem a alteridade ameaçadora que pode renegar a força do ensino de Inglês. Várias imagens são elaboradas nesse sentido – a crítica literária morreu, os departamentos de estudos culturais destruíram a vida intelectual, a mediocridade acadêmica distorce o papel do ensino universitário e o torna instrumento de mudança social. Elas reforçam a diferença entre a projeção egóica, de que a concepção de Bloom de um departamento de literatura é correta, e a imagem degradada das mudanças nas correntes críticas, em que as concepções que têm surgido são erradas e destrutivas.

Num caso, o “ego” se projeta sobre uma lista de livros, e contraria a “alteridade” medíocre que corresponde àquilo que não agrada seu gosto. Noutro, o “ego” se projeta sobre um perfil de departamento acadêmico, e contraria a “alteridade” medíocre que corresponde a outros métodos e procedimentos de leitura. Para quem acompanhar esse duplo movimento, fica bem claro, lendo *O cânone ocidental*, que existe uma pauta política de base. Embora o próprio Bloom queira desvincular leitura e política, ao condenar o marxismo, ele elabora essa pauta minuciosamente, colocando de um lado a “arte da memória” da genialidade estética, de outro a mediocridade; de um lado a excelência acadêmica, de outro a incompetência. Mediocridade das obras, incompetência dos pesquisadores. A sustentação do cânone é também, para Bloom, sustentação de um lugar institucional seguro para os estudos literários, em que a Teoria é delimitada em coerência com seus interesses. Retirar do cânone o princípio de autoridade estética é também retirar dos departamentos a pertinência do trabalho feito, desviando seu foco para problemas sociais. Ainda dentro da linguagem do capítulo 16 do livro, é possível dizer que governa o livro um profundo narcisismo, que utiliza duas mediações para evitar ser abalado: o valor inerente das obras escolhidas, e o valor da modalidade de leitura defendida. O narcisismo penetra a lógica do

saber produzido e rigorosamente opera em direção à delimitação precisa da incongruência entre ego e alteridade.

O trabalho de Harold Bloom se aproxima do que Georg Otte (1999, p. 10-11) chamou de um cânone autoritário – um esforço de conservação de valores que consolida barreiras sociais, em vez de ampliar o acesso às obras. Pode ser considerado também como uma contribuição a políticas de ensino “a serviço dos valores das classes dominantes”, contribuindo para a legitimação da desigualdade social (BOURDIEU, 1999, 258). O próprio Bloom admite em sua argumentação que existe um caráter elitista no trabalho crítico (1995, p. 25), em favor de uma concepção do valor estético em que valor se associa com autoridade, o que pode ser caracterizado como herança do classicismo normativo (COMPAGNON, 2001, p. 242).

A contribuição de Henry H. Remak ao debate sobre o assunto é importante, por examinar dentro do debate teórico sobre o cânone a presença de uma discussão política e social, em que os valores literários estão diretamente articulados com referências de perseguição, preconceito, marginalização e exclusão de segmentos sociais. Centrando seu foco na experiência norte-americana, Remak (1997, p. 31-32) observa que os defensores da preservação dos valores canônicos dentro da universidade não estão desvinculados de camadas sociais interessadas na preservação de valores morais tradicionais e estruturas sociais hegemônicas.

A defesa da autonomia estética sustenta, para Bloom (1995, p. 30), a percepção de que a observação das referências sociais no debate sobre a literatura é uma redução desta à ideologia. O mercado aparece em Bloom como o espaço degradante da indústria cultural, como se a delimitação de valores autênticos fosse independente do problema das relações históricas entre a produção artística e o mercado, que estabelecem para a arte contemporânea uma situação inteiramente diversa das experiências tradicionais, como expõe Annateresa Fabris (2002, p. 108).

O fato de que Bloom constitui um Ocidente sem considerar a experiência brasileira não é a única razão pela qual sua perspectiva teórica não serve para os pesquisadores brasileiros. Mais importante é o fato de que se trata de uma teoria autoritária da literatura, que legitima a postura elitista de ensino, sustentando que é parte da concepção do fenômeno literário o fato de que poucos podem compreendê-lo.

O que mais espanta no caso não é o caráter autoritário do pensamento de Bloom, mas o fato de que ele ataca T. S. Eliot e Paul de Man caracterizando-os como fascistas. A acusação de autoritarismo por parte de um pensador autoritário merece a maior atenção, pois tende a iludir o leitor apressado, que pode ver em Bloom, apaixonado por Shakespeare, um grande humanista. O que ocorre com a semântica do termo fascismo, quando é utilizado por uma voz que contraria o interesse por valores democráticos? Para Bloom (1995, p. 35), ligar a transformação social ao estudo da literatura é interesse de “ralé acadêmica”.

É lamentável que, no momento atual, alguém que afirma que foi um “erro acreditar que a crítica literária podia tornar-se base para a educação democrática ou para melhorias da sociedade” (p. 25) possa ser considerado um humanista. Livros como os recentes *Textos de intervenção*, de Antonio Candido (2002), e *Literatura e resistência*, de Alfredo Bosi (2002), situam a reflexão sobre literatura no pólo oposto, como campo de conhecimento diretamente vinculado à resistência cultural e à consciência da opressão e desigualdade social. Ao desvincular a educação democrática da crítica literária, Bloom deixa espaço para que o oposto do pensamento democrático – o pensamento autoritário – ganhe legitimação.

A inserção de Harold Bloom em teses universitárias e currículos de Teoria da Literatura merece ser pensada à luz da consideração das convicções do autor, tendo em vista seu peso e impacto na experiência acadêmica brasileira e latino-americana. No caso do Brasil, em que o processo de formação social tem sido pautado por modernizações conservadoras, responsáveis por aumento da miséria (FERNANDES, 1974), e a violência tem um papel constitutivo (Scholhammer, In: PEREIRA, 2000), a educação escolar e universitária tem servido, de modo geral, a interesses conservadores voltados para a manutenção ou acentuação da desigualdade social (OLIVEIRA, 1983; SCHWARTZMAN, 1983).

Uma educação voltada para a crítica das modernizações conservadoras e a diminuição do grau de violência na experiência social brasileira exige, entre outros elementos, um aumento, em termos coletivos, da capacidade de desenvolver pensamento criativo e crítico, que pode ser elaborada em políticas de formação do leitor (Averbuck, In: ZILBERMAN, 1985).

Nos cursos universitários de Teoria da Literatura, com base nas categorias conceituais e metodologias disponibilizadas, os estudantes de licenciatura em Letras desenvolvem suas percepções de como abordar obras literárias, e, com isso, elaboram suas propostas e políticas de leitura, que irão fundamentar suas práticas como professores nos ensinos fundamental e médio.

Entendo que é contrária aos interesses sociais brasileiros uma concepção de ensino de Teoria da Literatura que proponha *O cânone ocidental* como referência de autoridade conceitual, modelo e exemplo. Ensinar literatura tendo esse livro de Bloom ou outros similares como critério de verdade pressupõe, em termos epistemológicos e conceituais, admitir a autonomia do valor estético, o descomprometimento da crítica com a sociedade e a concordância com a autoridade estética do gênio.

Além disso, adotar *O cânone ocidental*, sem a necessária contextualização, supõe conviver com a redução de feministas, marxistas, pesquisadores interessados em raças e etnias, entre outros, a um estatuto irrelevante, e também com a condenação de T. S. Eliot, de Man e Auerbach.

Na entrevista a Nestrovski, Bloom afirma que falta conhecimento de literatura para pesquisadores de teoria. Os defensores do cânone encontrarão neste ponto, provavelmente, um argumento forte em favor de Bloom. Mesmo que ele, como teórico, possa ser posto em dúvida, as obras que ele elogia mereceriam atenção. Dentro de seu livro, ele argumenta com a finitude do tempo: todos nós temos de escolher o que ler, não podemos ler tudo, por isso devemos ler o que é melhor, o que deve ser relido (p. 37).

Na perspectiva de Bloom, com a autonomia estética, esse traço de superioridade é inerente à obra. O bom leitor saberá reconhecê-la. Essa percepção está integrada com a idéia de que a crítica é uma atividade de elite. Poucos leitores são suficientemente bons. Obras geniais, leitores perspicazes. A proposta de Bloom (p. 505-541) não é apenas um ataque aos autores e obras que ele considera medíocres, mas também à capacidade de leitores em formação, em uma sociedade massiva, serem capazes de estabelecer juízos. Daí a necessidade de que alguém faça uma lista, roteiro do bom e belo.

Não se deve minimizar, dentre as estratégias de sustentação do pensamento de Bloom, a observação que faz de si mesmo, na

entrevista, de que é um cômico. Quando o autor indica que seus resenhistas não captaram como o livro é engraçado, adota uma estratégia freqüentemente utilizada por pensadores autoritários: estabelece a expectativa de ser lido como alguém que não é compreendido. Bloom não é engraçado.

GINZBURG, J. Canon and aesthetic value in an authoritarian theory of literature. *Revista de Letras*, São Paulo, v.44, n.1, p. 92 - 106, 2004.

- *ABSTRACT: This article examines Harold Bloom's ideas, specially aesthetics autonomy. We also elaborate on the consequences of its diffusion in Brazilian Universities. There is an authoritarian thought in Bloom's work, associated to an elitist conception of reading.*

- *KEYWORDS: Canon; aesthetic value; Harold Bloom; literary theory.*

Referências

ADORNO, T. The authoritarian personality. In: _____. et al. *Studies in prejudice*. New York: Harper & Brothers, 1950.

_____. *Dialéctica negativa*. Madrid: Taurus, 1984.

AVERBUCK, L. A poesia e a escola. In: ZILBERMAN, R. (Org.) *Leitura em crise na escola*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

BLOOM, H. *O cânone ocidental*. São Paulo: Objetiva, 1995.

_____. Entrevista concedida a Arthur Nestrovski. In: SCHWARTZ, A. (Org.) *Memórias do presente*. São Paulo: Publifolha, 2003.

_____. *Gênio*. São Paulo: Objetiva, 2003.

BOSI, A. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. 3 ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

_____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2002.

CHAMBERLAIN, B. Of charters, paradigms and spawning flash: a look at Brazilian literary periodization and canon-formation. *Brasil/Brazil*. Porto Alegre: PUC-RS/Mercado Aberto/Brown University, ano 6, n. 10, 1993.

COMPAGNON, A. *O demônio da teoria*. Literatura e senso comum. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

COUTINHO, E. Literatura comparada, literaturas nacionais e o questionamento do cânone. *Revista brasileira de literatura comparada*. Rio de Janeiro: Abralic, n. 3, 1996.

FABRIS, A. Vanguarda e mercado. In: MARQUES, R.; VILELA, L. (Org.). *Valores*. Belo Horizonte: UFMG / Abralic, 2002.

FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1974.

JOBIM, J. L. *Formas da teoria*. Rio de Janeiro: Caetés, 2002.

OTTE, G. A obra de arte e a narrativa – reflexões em torno do cânone em Walter Benjamin. In: _____.; OLIVEIRA, S. (Org.) *Mosaico crítico: ensaios sobre literatura contemporânea*. Belo Horizonte: Autêntica / UFMG, 1999.

OLIVEIRA, B. A. de. *O estado autoritário brasileiro e o ensino superior*. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1983.

PERRONE-MOISÉS, L. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

REIS, R. Cânon. In: JOBIM, J. L. (Org) *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

REMAK, H. H. The battle of the canon. In: CONGRESSO ABRALIC, 5, 1997, Rio de Janeiro, *Anais - Cânones & Contextos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997, v. 1.

SCHOLLHAMMER, K. E. Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira. In: PEREIRA, C. A. et al. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHWARTZMAN, S. (Org.) *Estado Novo, um auto-retrato* (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: UNB, 1983.

VIEIRA, E. R. P. Estudos literários e estudos culturais: territórios dos caminhos que convergem. In: PEREIRA, M. A.; REIS, E. (Org.) *Literatura e estudos culturais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2000.